

Comentários no âmbito da consulta pública sobre a revisão do Regulamento geral de isenção por categoria (RGIC)

No contexto da consulta pública sobre a revisão do Regulamento geral de isenção por categoria (RGIC), disponível em http://ec.europa.eu/competition/consultations/2019_gber/index_en.html, salienta-se os seguintes aspetos:

- **p. 4, alínea c) do artigo 4.º:** quando se refere a “Auxílios às empresas em dificuldade, com exceção dos regimes de auxílio destinados a remediar os danos causados por certas calamidades naturais (...)”, sugerimos referir “prevenir ou remediar”, o que poderia assim cobrir o financiamento de ações relacionadas com a deteção precoce de sismos e maremotos através de sistemas de cabos submarinos;
- **pp. 6-7, aditamento dos pontos 166) a 182) no artigo 2.º:**
 - o Sobre o ponto 177 (“Mudança radical”), é referido que “*pode ser demonstrada se, na sequência da intervenção subvencionada, o projeto criar novos investimentos significativos na rede de banda larga e se a infraestrutura subvencionada oferecer ao mercado novas capacidades significativas em termos de disponibilidade e capacidade, velocidades e concorrência do serviço de banda larga, em comparação com as redes existentes ou previstas no prazo de três anos na área de intervenção*” (agora sublinhado). Ainda de acordo com a mesma definição, comprova-se que existe uma mudança radical se forem demonstradas cumulativamente condições relacionadas com velocidades de acesso (*download* e *upload*) e com concorrência. Nestas condições (que devem ser cumulativamente demonstradas) não se vislumbra ligação com a parte sublinhada da definição, i.e. não é claro que se tenha de demonstrar (nem como) que o projeto (subvencionado) cria “*novos investimentos significativos na rede de banda larga*”.
 - o Sobre o ponto 178) “mapeamento adequado” – não é claro o que se quer dizer com “*é realizado a nível dos locais com base em locais servidos (e não em locais ligados)*” – pretende-se dizer que esse mapeamento é ao nível dos locais que são (vão ser) cobertos pelas redes?
- **p. 15, alínea a) do n.º 3 do Artigo 56.º-E**, sobre as condições aplicáveis aos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU: Quanto ao “*montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto*” ter um teto de 70 milhões de euros, regista-se que no caso dos projetos das RAV rurais (cujos concursos foram lançados em 2009) os valores dos auxílios requeridos em cada um dos projetos foram substancialmente menores. No entanto, reconhece-se que as zonas rurais que já foram cobertas foram as zonas [economicamente] mais “atrativas” e mais “fáceis” de cobrir.
- **p. 16, n.º 4 do Artigo 56.º-E**, questiona-se, por um lado, se é passível de inclusão dos portos espaciais (*Space ports*) e, por outro, considera-se útil definir o que se entende por “superestruturas portuárias”.

Por último e por relação ao aditamento dos novos pontos 166) a 182) no artigo 2.º, constata-se, tanto quanto se verifica pela redação atual do Regulamento (UE) n.º 651/2014, que este Regulamento tem 143 pontos no artigo 2.º (Definições). A proposta de alteração vem aditar a este artigo 2.º os pontos 166) a 182). Salvaguardando a hipótese de lapso, não foi encontrada qualquer indicação de que o Regulamento tenha sido alterado, entretanto, de modo a existirem os 23 pontos que faltam entre o 143) da redação original e o 166) que se aditará com esta alteração. Neste contexto, sugere-se rever a numeração dos novos pontos a aditar no artigo 2.º.

José Barros
ANACOM - Diretor de Relações Exteriores